

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

ATA Nº 063 - “A”

PRESIDENTE - DEPUTADO RIVA
1º SECRETÁRIO - DEPUTADO PEDRO SATÉLITE (EM EXERCÍCIO)
2º SECRETÁRIO - DEPUTADO ELIENE (EM EXERCÍCIO)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Havendo número regimental, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito aos nobres Deputados Pedro Satélite e Eliene que assumam a 1ª e 2ª Secretarias.

(OS SRS. DEPUTADOS PEDRO SATÉLITE E ELIENE ASSUMEM, RESPECTIVAMENTE, A 1ª E 2ª SECRETARIAS.)

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o Sr. 2º Secretário, para proceder à leitura da Ata.

(O SR. 2º SECRETÁRIO PROCEDE À LEITURA DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000, ÀS 08:00 HORAS.)

O SR. 2º SECRETÁRIO - Lida a Ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Em discussão a Ata que acaba de ser lida (PAUSA). Não havendo impugnação, dou-a por aprovada.

Com a palavra, o Sr. 1º Secretário, para proceder à leitura do Expediente.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, não há Expediente para ser lido.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Encerrada a primeira parte, passemos à segunda parte do Pequeno Expediente. (PAUSA)

Com a palavra, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e galerias que nos assistem, para mostrar uma reportagem do jornal *A Gazeta Mercantil*, do Centro-Oeste, que traz aqui: “A fiscalização do tempo de espera em filas começa hoje”, e dizer aos nobres colegas que eu apresentei um Projeto de Lei para isso vigorar em Mato Grosso, o tempo de espera em filas... São Paulo já aprovou, já começou a fiscalização, e vai multar a instituição financeira que deixar o cliente mais do que quinze minutos esperando na fila. Então, eu quero contar com os nobres colegas para a aprovação desse Projeto.

Sr. Presidente, quero apresentar, também, várias proposições de nossa autoria:

1ª) INDICAÇÃO: Indica ao Poder Executivo Estadual a urgente necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de conclusão das obras do Ginásio de Esportes da

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

cidade de Nossa Senhora do Livramento.

Fundamentado no que dispõe o art. 245, II, do regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, com cópia ao Sr. Diretor-Presidente do DVOP, mostrando a urgente e imprescindível necessidade de adotar providências que culminem com os serviços de conclusão das obras do ginásio de esportes da cidade de Nossa Senhora do Livramento.

JUSTIFICATIVA

Formulamos a presente Indicação após termos recebido várias reivindicações da população e autoridades da cidade de Nossa Senhora do Livramento, que almejam a conclusão das obras do ginásio de esportes.

A presente Indicação é de extrema necessidade, porque visa à conclusão das obras do ginásio de esportes da cidade, que se encontram paradas há algum tempo, e a população e as autoridades necessitam deste espaço que representa integração e lazer, e atende um fim social que é de tirar os jovens da rua e incentivar a prática de esporte, visando a um futuro melhor.

Frente ao exposto, pedimos a unanimidade dos nobres Pares desta Casa para a aprovação desta matéria.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

2ª) PROJETO DE LEI:

Dispõe sobre a divulgação de todas as informações relativas à cobrança, indenização e demais procedimentos envolvendo Seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores - DPVAT.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO, tendo em vista o que dispõe o Artigo 42 da Constituição Estadual, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a divulgar, amplamente, todas as informações relativas à cobrança, indenização e demais procedimentos envolvendo o Seguro obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias terrestres - DPVAT.

§ 1º A divulgação que trata este Artigo compreenderá, além de outras formas de publicidade, fixação em locais de fácil acesso, nos hospitais públicos e conveniados, nas delegacias de polícia e nas demais entidades que prestam imediato atendimento à vítimas de acidente de trânsito, de cartazes nos quais constem, de forma clara e destacada, todos os direitos básicos dos segurados.

§ 2º As guias do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA deverão ser acompanhadas de cartilha explicativa dos direitos dos segurados do DPVAT e dos procedimentos necessários ao recebimento da indenização devida, em caso de sinistro.

Art. 2º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

JUSTIFICATIVA

O projeto de lei que ora apresento tem como finalidade tornar obrigatória a divulgação de informações sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, pago anualmente por todos os proprietários de veículos.

Reportagens veiculadas na imprensa nacional mostram que grupos organizados usam de várias artimanhas para receber o seguro obrigatório, muitas vezes em nome de falsas vítimas.

Dados informam que cerca de 80% dos proprietários de veículos desconhecem os direitos assegurados pelo seguro. Isso propicia a “indústria” do seguro, isto é, pessoas que localizam acidentados através de informações, muitas vezes fornecidas por hospitais e delegacias de polícia, e então recebem polpuda “comissão”.

Diante da falta de informação a respeito do DPVAT, nada mais oportuno que o Poder Executivo propiciar todas as informações relativas à cobrança, indenização, enfim, todos os procedimentos envolvendo o DPVAT, publicando em cartilha, cartazes e boletins, que poderão ser fixados em escolas, hospitais e delegacias de polícia.

Com este projeto, ganha a sociedade e perdem os caçadores de seguro.

Por esses argumentos, submeto a presente proposição à apreciação desta Casa de Leis.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

Com este Projeto de Lei, Srs. Deputados - tem muita gente que paga o seguro obrigatório e não sabe quais são os seus direitos depois, quando ocorre o acidente, e que o seguro obrigatório tem de fazer a indenização do acidentado -, nós queremos que o Governo divulgue para todos que pagam o seguro obrigatório, para o contribuinte, quais são os seus direitos e o que eles podem cobrar, quando necessitarem desse seguro obrigatório.

3ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: Com respaldo no art. 237, alínea “h”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Aplausos endereçada ao Sr. Yuri Ogaya de Assumpção, Regente do Coral da UNIVAG - Universidade de Várzea Grande, vazada nos seguintes termos:

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO aplaude e parabeniza o Sr. Yuri Ogaya de Assumpção, Regente do Coral da UNIVAG, pela belíssima apresentação realizada em 15 de maio em uma missa por ocasião do aniversário da cidade de Várzea Grande.

O ilustre Regente, Sr. Yuri Ogaya, acompanhado do coral, emocionou a todos com o canto de *Ave Maria do Morro*, de Vicente Paiva e Jayme Redondo. Os que ali compareceram, jamais esquecerão, pois esta missa marcou a todos, ficando assim para sempre na memória. O coral e a cidade de Várzea Grande estão de parabéns, não somente pelo aniversário, mas também pela cerimônia, que é um privilégio para todos que estavam presentes nesta homenagem.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

4ª) MOÇÃO DE APLAUSOS: Com respaldo no art. 237, alínea “h”, do Regimento Interno deste Poder Legislativo, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja aprovada Moção de Aplausos, endereçada à Associação dos Amigos da Criança com Câncer de Mato Grosso -

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

AACC/MT, vazada nos seguintes termos:

O PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE MATO GROSSO aplaude e parabeniza esta Associação pelo importantíssimo projeto que vem sendo realizado ao longo dos anos, num trabalho feito por voluntários, com muita dedicação, sendo reconhecida, e atualmente com a ajuda financeira de uma empresa multinacional instalada em Mato Grosso, a Associação pode ser oficialmente institucionalizada.

Este trabalho envolve profissionais altamente competentes, como a Dr^a Suely Santos Araújo, oncologista pediátrica, que é a Presidente da ASCC/MT, que está de parabéns pelo objetivo de abrigar famílias não só do Estado como de outros países. Deve todo o nosso respeito e admiração pelo nobre e grandioso trabalho oferecido a estas crianças, que merecem mais do que assistência médica, merecem também amor, carinho e atenção.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

Deputado MOACIR PIRES - PFL

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Com a palavra, o nobre Deputado Alencar Soares.

O SR. ALENCAR SOARES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, uso do Pequeno Expediente para dizer, Presidente Riva, que ontem fomos a Brasília com o Governador Dante de Oliveira, com o Deputado Humberto Bosaipo, e tivemos a satisfação de, juntos com o Ministro da Reforma Agrária, assinar um convênio com o Banco da Terra, para Mato Grosso. E várias outras medidas foram discutidas com o Ministro, de grande importância para Mato Grosso, inclusive sobre o FCO, que é de 10% para o pequeno produtor, com uma proposta para o Ministro de passar para 30%. Então, foi de muita importância a nossa reunião em Brasília com o Ministro.

Também fomos à Confresa... E aí, Deputado Moacir Pires, eu quero dizer a Vossa Excelência, como Deputado, que nós fomos à Confresa ontem e, graças a Deus, fomos muito bem recebidos. O Deputado Eliene estava junto, e deveria ter, mais ou menos, de três a quatro mil pessoas, e nós entregamos o primeiro maquinário do FETHAB: cinco caminhões zero-quilômetro, duas patrulas, uma pá-carregadeira, um trator de esteira, um caminhão “melosa” - para lubrificar - e um carro de assistência, tudo novo, tudo zero-quilômetro.

E eu vejo que o Governador Dante de Oliveira e nós Deputados, que votamos naquele projeto, estamos no caminho certo. O povo realmente viu, todos os prefeitos, todo mundo elogiou, e nos parabenizou pelo maquinário.

À noite, em Barra do Garças, nós também entregamos o mesmo tipo de patrulha - o Deputado Eliene estava junto -, e eu vou-lhe contar, Deputado Riva, que não tinha em praça pública ontem, em Barra do Garças, menos de quatro ou cinco mil pessoas, não é, Deputado Eliene? Muita gente e o povo... Inclusive, nós passamos em uma reunião, Presidente Riva, e os “caras” que mais bateram em nós em Barra do Garças foram os que fizeram a primeira reunião ontem no gabinete da Prefeitura conosco - os primeiros. Nós nos reunimos, levamos mapas e inclusive um mosaico muito bem organizado, para priorizarmos a estrada deles, que liga a BR-158, no calcário, e em Cocalinho, que vai beneficiar os produtores de toda a região para puxar o calcário.

E isso, Deputado Pedro Satélite, é uma coisa importante, os “caras” que mais me bateram lá, foram à primeira reunião ontem. Eu falei: Estão vendo como vocês estão certos? O Governo está no caminho certo... E eu disse para eles também: Olha, no dia em que começarem a trabalhar, vocês vão ver que o Governo está no caminho certo, porque sem recurso não tem como trabalhar...

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. ALENCAR SOARES - Não, foi a melhor coisa que fizeram, e pode ter certeza de que isso vai ser a redenção de Mato Grosso. Eu agradeço e quero dizer que estamos satisfeitos e empolgados com o FETHAB.

O SR. PRESIDENTE (RIVA) - Convido o Deputado Pedro Satélite para assumir a direção dos trabalhos.

(O SR. DEPUTADO PEDRO SATÉLITE ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 08:57 HORAS.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero apenas registrar a data de ontem como muito importante, a partir do momento em que o Governador do Estado assinou em Brasília a adesão ao Banco da Terra.

Eu fui um dos Deputados que se levantou em defesa do Banco da Terra desde o início. E, ontem, inclusive, eu afirmei ao Deputado Gilney Viana que lá em Juara nós temos os dois primeiros projetos, que são os Projetos Tucunaré e Matrinxã.

E por que o Banco da Terra, Deputado? Porque hoje, nos assentamentos do INCRA, nem todos os trabalhadores se enquadram para ser atendidos através da reforma agrária, através desses assentamentos do INCRA, e no Banco da Terra, não. O cidadão que tem uma chácara de um alqueire, com escritura registrada, ele não pode ter terra no INCRA, e no Banco da Terra ele pode. Ele financia não só a compra da terra, como também financia a infra-estrutura para a propriedade.

Então, sem dúvida nenhuma, é um dos projetos importantes que o Presidente Fernando Henrique Cardoso lançou, e eu tenho certeza de que vai ser muito importante para Mato Grosso. Afinal de contas, Deputado, são dois bilhões de recursos para este Programa, e Mato Grosso não poderia ficar de fora de um programa tão importante como esse.

Eu tenho certeza de que milhares e milhares de famílias serão atendidas pelo Banco da Terra - e famílias que não podem ser atendidas pelo INCRA, é bom dizer isso, porque tem muitos trabalhadores que não têm conseguido acesso a projetos de assentamento do INCRA.

Eu quero aqui fazer um alerta também, Deputado Zé Carlos do Pátio, porque eu tenho visto, e há poucos dias eu participei de uma reunião do MST e tive a oportunidade de dizer o seguinte: O que vocês defendem? “Ah, nós defendemos que tem que ter terra para todo mundo”. Então, está bom...

No Nortão, em Cotriguaçu, mil lotes estão à disposição, já desapropriados, demarcados, em terra fértil, terra boa, de fácil acesso, e o trabalhador não quer ir para lá. Em Brasnorte, quinhentos mil lotes estão à disposição; em Tapurah mais de mil lotes à disposição... Não falta terra para os sem-terra, o que na verdade existe é uma meia dúzia que faz o movimento, Deputado Zé Carlos do Pátio, e que não quer ir lá para as dificuldades de Cotriguaçu, não quer enfrentar a região Norte do Estado.

Então, eu acho que está na hora de o Governo do Estado fazer um cadastramento desses trabalhadores, chamá-los e dizer: “Olha, tem aqui a terra para vocês”. Lá tem um projeto do INCRA, a área já está desapropriada, já tem infra-estrutura, não é a infra-estrutura que precisa, mas já tem; tem estrada, tem escola, já tem uma pequena comunidade urbana... Em Nova União, lá em Cotriguaçu, já se pode criar um município, porque tem mais de quatro mil habitantes. Nós queremos criar um município lá, vamos criar sim, porque eu acho que criar novos municípios é fomentar o desenvolvimento de Mato Grosso.

Ainda hoje eu conversava com o ex-Deputado José Lacerda... E aqui eu vejo os companheiros de Bom Jesus do Araguaia, que é um novo município, que foi criado recentemente,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

pujante, que será rico, e é uma oportunidade para que eles possam lá investir em infra-estrutura, porque o município-mãe não tinha condições de fazer isso, como o Município de Cotriguaçu não tem condições de dar assistência lá em Nova União.

O Deputado Alencar Soares falou aqui, e eu estava analisando... Eu estive lá em Nova União, fomos entregar uma ambulância há pouco tempo, não sei precisar a data, mas tinha mil pessoas, numa segunda-feira, às 10:00 horas da manhã, para receber essa ambulância, tamanha a ansiedade desse pessoal por benefícios do Governo.

Então, eu encerro aqui, Sr. Presidente, apenas enaltecendo e dizendo que é tarde, mas o Governo entendeu que o Banco da Terra era interessante para Mato Grosso, e eu parabeno o Governador Dante de Oliveira e sua equipe por terem assinado ontem a adesão ao Programa Banco da Terra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Jair Mariano (AUSENTE). Com a palavra, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Sr. Presidente, nobres Pares, também gostaríamos de registrar na tribuna desta Casa a importância que tem esse Banco da Terra para o pequeno produtor, principalmente num Estado que tem “n” problemas de regularização fundiária. Há exigências que, realmente, bloqueiam, dificultam toda a tramitação e a possibilidade de o pequeno produtor deslanchar e progredir.

Aqui mesmo na Baixada Cuiabana, nós sabemos, em Barão de Melgaço, Santo Antônio de Leverger, Acorizal, o pequeno produtor não consegue incentivo nenhum, em função da burocracia que existe. Então, já éramos procurado, já tínhamos discutido com lideranças que defendiam esse movimento próprio do Banco da Terra. Ontem, felizmente, o Governador, com a comitiva que se dirigiu a Brasília, conseguiu fazer esse cadastro e possibilita ao pequeno produtor ter acesso a financiamentos para a produtividade.

Há alguns dias, eu estava lá em Aguaçu, no Distrito da Guia, fazendo uma palestra para alguns alunos da Escola Técnica Municipal, e eu disse naquela ocasião que há trinta anos, quando meu pai saiu da zona rural na esperança de que os filhos se tornassem engenheiros, médicos, que tivéssemos uma formação, para termos uma condição de vida melhor, se eu tivesse a mesma visão hoje e estivesse lá na zona rural, principalmente aqui da Baixada Cuiabana, onde temos possibilidades de mercado muito grande, um grande mercado consumidor, eu inverteria a opção que o meu pai fez naquela ocasião. Eu trabalharia cinco hectares com plantação de frutas, me especializaria em um tipo de fruticultura que tem mercado garantido - há quase um milhão e quinhentas mil pessoas aqui da Baixada Cuiabana -, e fiz a conta: se eu plantasse cinco hectares de coco, eu teria o salário de um engenheiro agrônomo que é empregado, hoje, do Governo, do município ou de uma empresa privada qualquer.

Então, nós temos que atentar para esses detalhes importantes, a vocação agrícola é a vocação de consumo que o nosso Estado tem. Então, esse Banco da Terra, sem dúvida alguma, traz a possibilidade de o cidadão, o pequeno produtor, o homem que trabalha na roça, ter a chance de produzir e de crescer...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, INFORMANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. ELIENE - ...Quero também cumprimentar os companheiros lá de Bom Jesus do Araguaia, onde nós estivemos, conhecemos e sabemos que as terras são férteis. Com essa emancipação, com certeza, ali será, como disse aqui o Presidente Deputado Riva, um município de grande desenvolvimento, se Deus quiser. Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, caros colegas Deputados, eu estava observando o discurso dos meus colegas Deputados, e eu quero fazer uma observação: primeiro, o Governo já está quase na metade do seu segundo mandato, e só agora ele está equipando o Estado de Mato Grosso, o DVOP, com equipamentos para recuperação das estradas. Eu acho isso salutar, quero aqui elogiar o Governo, porque ele está realmente colocando os equipamentos, um comboio de equipamentos em cada região, para atender as estradas. Esse é o papel do Governo.

Agora, o que não dá é o Governo querer justificar que antes não podia comprar equipamentos porque não tinha um recurso específico para isso. Outros governos já tiveram, outros governos de outros Partidos já estiveram administrando o Estado de Mato Grosso e compraram equipamentos sem necessariamente criar o FETHAB. Hoje, tem Deputado aqui que vota conosco, que fala de peito aberto o seguinte: “Olha, foi graças ao FETHAB...”.

Ora, um Estado que cresceu a sua economia, ano passado, em 22%; que tem uma arrecadação de 317 milhões de reais, não precisa necessariamente do FETHAB para ficar comprando equipamentos, máquinas, para atender os interesses do interior.

Isso é uma forma de querer justificar o injustificável, porque o FETHAB, que foi aprovado na calada da noite aqui, aumentou o combustível - o que vai aumentar tudo, aumenta tudo que se possa pensar... E esses políticos que estão dizendo que nós temos que baratear o custo da produção são os mesmos que votaram aumentando o imposto sobre o combustível. Então, há uma incoerência aqui.

Enquanto o Governo Federal cria a Lei Kandir para desonerar a produção, para podermos ter competitividade lá fora, o Governo cria impostos, aumenta o valor dos impostos da produção; enquanto o Governo Federal procura viabilizar a redução do preço da cesta básica, que é composta pela carne e outros, são criados impostos atingindo a carne. Então, não dá para querer vincular uma coisa à outra.

Fiquei sabendo, lá em Confresa, que os Deputados me criticaram porque eu estou criticando os Deputados que votaram essa Lei, aumentando os impostos, justamente para equipar o Estado... Pode-se equipar o Estado de Mato Grosso com maquinários, com caminhões basculantes, pás-carregadeiras, motoniveladoras, sem necessariamente criar mais impostos!

Eu quero aqui fazer uma observação: o Governo está usando de má-fé! Semana passada eu estive reunido com o Secretário Valter Albano, e ele me disse que vai reduzir o ICMS da telefonia, mas até agora não reduziu. Eu tenho dados mostrando que a arrecadação da telefonia no Estado de Mato Grosso está crescendo cada vez mais. E a EMBRATEL soltou uma carta para o Brasil inteiro, dizendo que Mato Grosso é o Estado que cobra mais caro o ICMS da telefonia - o Estado que cobra mais barato é o Acre, e Mato Grosso é o Estado que cobra mais caro, cobra 30% e o Acre cobra 17%.

Na questão da energia elétrica o Governo deu com uma mão e tirou com a outra. Ele fez uma propaganda dizendo que reduziu a energia elétrica, mas aumentou a tarifa. Então, esse Governo está com um discurso, fez uma mídia, e fica enganando a sociedade. Hoje, a sociedade mato-grossense vive em cima de impostos! E quando ele faz uma ação política, e nós temos que parabenizá-lo, levando maquinário para o interior, ele quer alegar que é em função do aumento desse imposto, da criação desse imposto, coisa que, necessariamente, ele não precisava criar.

Isso é um engodo, e nós vamos desmoralizar esse discurso aqui dentro da Assembléia Legislativa. Obrigado, Sr. Presidente.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Jair Mariano.

O SR. JAIR MARIANO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^a Deputada, eu gostaria de começar o meu pronunciamento agradecendo a presença nas galerias do Presidente Regional do Partido Popular Socialista, de Barra do Garças, companheiro Lorenzoni, um dos fundadores do nosso Partido.

Sr. Presidente, eu ocupo a tribuna neste momento para uma tarefa que eu imaginava desnecessária. Eu gostaria de deixar registrado nesta Casa, aos Srs. Deputados, ao meu amigo Deputado Alencar Soares, Vice-Líder do PSDB, a estranheza e, mais do que isso, o desgaste, o clima ruim que foi criado em relação ao Partido Popular Socialista, pela ida a Barra do Garças da comitiva do Governador para entregar equipamentos do FETHAB - equipamentos que todos nós, Deputados da Bancada de apoio, sempre reputamos como uma das grandes necessidades para a recuperação das estradas, no prazo que este Estado necessita -, porque um dos Deputados Estaduais do PPS, da Bancada de Apoio ao Governo, Wilmar Peres, daquela cidade, por uma falha que nós reputamos inexplicável da assessoria do Sr. Governador, não foi convidado a participar da solenidade de entrega desses equipamentos na sua cidade.

Eu quero deixar isso como um registro público, para que a assessoria do Governador tenha mais sensibilidade política, porque o Deputado Wilmar Peres e toda a Bancada do PPS entendeu a importância do FETHAB, assumiu os desgastes dessa posição, e não pode, num momento como esse, por uma falta de sensibilidade da assessoria, ser relegado a uma posição que não é condizente com o Partido, que é da base de sustentação do Governo.

Sr. Presidente, gostaria de fazer essa fala e alertar a assessoria para que o PPS, como Partido aliado, tenha, da parte dos seus Deputados Estaduais também, a consideração nos momentos em que as ações de Governo, que são geradas e executadas nas suas bases, tenham a sua contrapartida. Portanto, eu gostaria de deixar registrada a minha estranheza e preocupação.

O segundo assunto que eu gostaria de abordar, Sr. Presidente, é a questão do Banco da Terra. Eu acho que o Banco da Terra atinge uma faixa, um segmento daqueles brasileiros e brasileiras que têm, no acesso à terra, uma das únicas oportunidades, principalmente em Mato Grosso, de ter condição de emprego e de renda. O Banco da Terra não pode ser encarado, de maneira nenhuma, como uma panacéia. Eu acho que ele atende uma das preocupações desse momento, que é a questão agrária, da porteira para dentro, porque, hoje, eu diria que nem a questão do acesso à terra é mais a prioridade, mas sim a questão da garantia daqueles que estão na terra de terem condições de lá produzir e viver com dignidade.

Parabenizo a ação do Governo, incluindo Mato Grosso como um dos parceiros na questão do Banco da Terra...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO AO ORADOR QUE O SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

O SR. JAIR MARIANO - ...Mais um minuto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Concedo mais um minuto a Vossa Excelência.

O SR. JAIR MARIANO - Volto a afirmar que, além dessa questão de Mato Grosso agora ter esse instrumento que eu reputo como o mais importante da porteira para dentro, mais que do acesso à terra, ele precisa reforçar - precisaria, neste momento, reforçar - as ações do INTERMAT, uma das bandeiras que nós temos levado aqui nesta Casa, que inclusive é objeto de um Projeto de Lei nosso,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

o Programa Nossa Terra, Nossa Gente, e dotar o INTERMAT de condição gerencial para poder fazer as parcerias com o INCRA, para sustentação daqueles que já tiveram acesso à terra, e principalmente fazer com que o INCRA aqui do Estado de Mato Grosso, que tem na Superintendência o Dr. Clóvis Cardoso, meu amigo pessoal... Apesar disso, eu sou obrigado a dizer que o INCRA tem tido uma ação muito aquém daquela que se esperaria, num Estado desse tamanho, e que passe a ser realmente um agente da reforma agrária e um parceiro daqueles que vêm na terra a única possibilidade de ter acesso a uma vida melhor. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Registro, com satisfação, a pedido do Deputado Zé Carlos do Pátio, a presença do Vereador Toni, candidato a prefeito de Poxoréo, Presidente do PFL, e do radialista Fernando.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero ratificar o discurso do Deputado Jair Mariano. Inclusive, é o momento de o PPS fazer uma reflexão sobre o tratamento que ele está recebendo do Governo do Estado. Esse tratamento que o Deputado Wilmar Peres teve, realmente, na região de Barra do Garças, mais uma vez faz com que nós tenhamos que nos unir e criar uma nova força em Barra do Garças, com uma candidatura própria, ou do PPS ou do PSB.

Aliás, eu quero deixar muito claro que o Governador chama esses Partidos de periféricos, e ele está tratando o PSB e o PPS de forma maldosa. Inclusive, o Deputado Eliene participou da comitiva do Governador e foi entregar o maquinário em Barra do Garças, e lamentavelmente o candidato a prefeito do PSB não participou das honrarias, só participou o candidato a prefeito do PSDB. É o momento de o Deputado Wilmar Peres, o PPS, mais o PSB, o PMDB, o PT de Barra do Garças, nós temos que nos unir em torno de um projeto novo, porque nós vamos cumprir um dever de cidadania e ganhar contra essas forças retrógradas de Barra do Garças.

Muito obrigado. Parabéns, Deputado Jair Mariano! Vossa Excelência tem razão, é o momento de o PPS rever esse apoio ao Governador Dante de Oliveira - inclusive o PSB do Deputado Eliene.

O Sr. Moacir Pires - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Moacir Pires.

O SR. MOACIR PIRES - Quero aproveitar o discurso do Deputado Zé Carlos do Pátio e convidar os membros do PPS para virem somar conosco, com o PFL, voltarem ao Partido original - os Deputados Humberto Bosaipo, Jair Mariano, Wilmar Peres... O PFL está de braços abertos para recebê-los novamente, Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, eu vou deixar essa seara da crítica governamental aqui para outros Deputados e vou registrar - eu espero que a Deputada Serys Slhessarenko esteja registrada também no Pequeno Expediente - a atividade que nós estamos promovendo na Comissão de Direitos Humanos e Cidadania da Assembléia Legislativa, de visitação ao sistema prisional, para elaborarmos um relatório que possa monitorar, não denunciar, o sistema. Denunciar é apenas a primeira faceta desse trabalho, denunciar quer dizer criticar, mostrar as mazelas, os erros, para que nós passemos para uma fase propositiva, e, depois da fase propositiva, nós

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

possamos monitorar, ano a ano, o sistema carcerário de tal forma que nós possamos avaliá-lo, ao longo dos anos, pela Comissão de Direitos Humanos e Cidadania, se houve melhorias ou não.

E eu gostaria de registrar que o diálogo que nós estabelecemos com os presos foi um diálogo muito produtivo, porque, primeiro, eles tiveram total liberdade para fazer as suas críticas, suas denúncias; e, segundo, nós pudemos estabelecer uma forma de comunicação, inclusive elaborar um certo grau de proposituras que sejam de comum acordo. E quero deixar claro que os presos não pedem absolutamente nada mais que um tratamento digno - nada mais. Pedir uma visita decente, pedir um médico, um dentista, que não seja só um boticão para arrancar o dente, e, de vez em quando, pedir que sua família possa adentrar adequadamente, pedir que a água vá até seu cubículo, no horário adequado ou em todos os horários que a necessidade determinar...

Olha, Deputado Amador Tut, se o sistema prisional não garantir a água, o espaço do sol, a visita, o médico, o dentista, a assistente social, o psicólogo, eu pergunto, Deputado Amador Tut: nós estamos colocando o cidadão lá para ele sair o quê, reeducado ou educado para o crime? Depois Vossa Excelência, naturalmente, vai usar da palavra, eu estou só fazendo essa provocação, positivamente, para refletirmos.

É muito comum na sociedade alguns falarem assim: “É o apelo para a lei e para a ordem. Bandido é para sofrer, para ser preso... Eventualmente até ser fuzilado.” Isso é um equívoco muito grande, porque as pessoas não conhecem a realidade dos presídios. Não conhecem a realidade de uma massa carcerária que é de duzentas mil pessoas. Isso reúne mais de um milhão para dois milhões de famílias, é gente!... E, de todos os condenados, chega a dois ou três milhões o número de familiares, isso é um problema social grave, e nós queremos apenas ajudar o Estado a enfrentar de uma forma digna e ajudar aqueles que foram condenados, apenados ou aprisionados, de uma certa forma, para que possam ter uma chance apenas de serem reintegrados à sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, a Deputada Serys Slhessarenko.

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, infelizmente o tempo no Pequeno Expediente é de apenas três minutos, mas já que estão falando no problema do FETHAB, esse FETHAB que foi criado da forma como foi criado...

Nós achamos importante o conserto das estradas, não resta dúvida, nós já estamos aqui há três mandatos, já teve Fundo Rodoviário Estadual, no qual sumiram vinte e tantos milhões e ninguém sabe, ninguém viu, ninguém deu conta até hoje, porque as estradas não foram consertadas durante todo esse tempo, e não vamos colocar em discussão que o FETHAB foi aprovado da forma como foi, que nós somos contra, isso também todo mundo sabe. O que eu quero levar ao conhecimento de Vossas Excelências é o *Diário Oficial* do dia 19-04-2000, que fala o seguinte:

“Ratificação de ato de dispensa de licitação.

Processo nº 834/2000-DVOP.

Objeto: Dispensa de licitação para locação de equipamentos rodoviários para recuperação da malha viária estadual, nos municípios que, nos termos da legislação em vigor, decretaram ‘situação de emergência’.”

Senhores, não havia nenhuma necessidade, como não há, de dispensa de licitação! Estão aqui dois milhões de reais que já começaram a ir sem saber para onde! Por que dispensar licitação? Por quê? Está aqui o *Diário Oficial*! Realmente, nos assusta esse tipo de coisa. Significa que o dinheiro que está indo do FETHAB não está sendo tratado de forma séria. É aquilo que nós prevíamos, mais uma preocupação, vão tirar mais imposto, vão saquear mais um tanto do bolso do

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

povo através do combustível, através do imposto do boi de pé, do boi deitado - sei lá, é uma confusão essa história do boi, é mais imposto disso e daquilo... E depois, não faz licitação. Licitação, não! É sem licitação por quê? Se é tudo muito sério, se é tudo muito honesto, vamos fazer, eu concordo, tem que ser tudo muito honesto, mas para passar por um mínimo de credibilidade, Deputado Alencar Soares, tem que ter licitação, e está sendo sem licitação...

(O SR. PRESIDENTE FAZ SOAR A CAMPAINHA, COMUNICANDO À ORADORA QUE SEU TEMPO ENCONTRA-SE ESGOTADO.)

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - ...Como o meu tempo acabou, eu volto a falar nesse assunto posteriormente, mas isso é grave...

O SR. ALENCAR SOARES (DE SUA BANCADA) - Eu tenho resposta!...

A SR^a SERYS SLHESSARENKO - Eu sei que Vossa Excelência tem, mas eu também tenho. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Silval Barbosa.

O SR. SILVAL BARBOSA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, amigos das galerias, o que me traz a esta tribuna é fazer um alerta muito sério sobre o que vem acontecendo no Estado de Mato Grosso, e está chegando a um momento insuportável, que é a questão do combustível, a “máfia do combustível”.

Está aí, Sr. Presidente, é desvio de alínea, é sonegação de impostos, é uma farra do combustível no Estado de Mato Grosso! E nós temos que formar aqui uma comissão para tomar providências nesse sentido.

Nós temos conhecimento, sabemos, Sr. Presidente, que hoje o combustível custa, a gasolina custa de R\$1,24 a R\$1,26 o litro, e nós vemos muitos postos vendendo combustível a R\$1,20, a R\$1,21... Quer dizer, tem alguma coisa errada. A farra do solvente, que é misturado na gasolina, não dando qualidade para o usuário.

E nós temos certeza de que se quiserem proibir esse tipo de prática, tem como proibir isso, através das barreiras dos postos fiscais... Agora, começaram uma nova modalidade de sonegação de impostos, que é faturar o combustível para a Bolívia e para a Argentina e desovar aqui no Estado de Mato Grosso. Se nós não tomarmos alguma providência, isso aqui vai virar uma guerra, Sr. Presidente. Está aqui, hoje, no jornal: “Dono de posto de gasolina sofre atentado”. E por quê? Porque denunciou isso.

Então, eu vejo que nós temos que tomar uma providência urgente e ver onde é que está isso, essa convivência que deve haver, a Secretaria deve ser conivente com essa questão... Por isso eu trago este alerta aqui, e alerto os demais Deputados para nós tentarmos tomar providências nesse sentido, através de uma comissão. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Antes de passar a palavra ao nobre Deputado Amador Tut, quero apenas dizer ao nobre Deputado Silval Barbosa que em outra oportunidade nós fizemos um pronunciamento aqui nesta tribuna, colocando exatamente as palavras que Vossa Excelência colocou. Realmente, isso nos preocupa, e eu estou de pleno acordo com Vossa Excelência em criarmos uma comissão aqui, para fiscalizar essa questão.

Eu até sugiro que nós falemos nesta Sessão, criemos essa comissão rapidamente, indicando os cinco membros, para fiscalizarmos realmente essa questão.

Eu parabenizo a sua iniciativa e pode contar conosco.

Com a palavra, o nobre Deputado Amador Tut.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. AMADOR TUT - Sr. Presidente, nobres Pares, servidores desta Casa, galerias, imprensa:

Estamos usando a palavra no Pequeno Expediente não para responder as palavras do Deputado Gilney Viana, mas para dizer a ele mais uma necessidade dessa Comissão de Direitos Humanos, para verificar a vida do presidiário... Acontece o seguinte, Deputado Gilney Viana: essa Comissão vai ter que ser mais expandida, é como eu tenho sempre falado na CPI do Narcotráfico, ela tem que ser expandida a outros itens... Por exemplo, é muito doloroso falar no presídio, lá não chega um dentista, lá não chega um médico, mas como é que está a família de quem foi vitimada por aquele bandido que está lá? Como é que está essa família?

Há poucos dias assistimos por aí, em terreiros, sendo vendidas cabeças dos que lá foram, os ossos para adubo... E a família de quem perdeu o seu ente, como é que está? Então, nós vamos ter que olhar com mais carinho. O médico tem que chegar também naquele outro lugar, porque muitos desses que já foram para lá, Deputado Gilney Viana, é porque não deram conta de viver aqui e estão indo para lá, porque é melhor viver lá, faltando água, dentista e médico, do que aqui fora. Melhor ainda...

O Sr. Gilney Viana (DE SUA BANCADA) - Olha, não é assim!

O SR. AMADOR TUT - Ah, não é assim...

(O SR. GILNEY VIANA FALA DE SUA BANCADA - INAUDÍVEL.)

O SR. AMADOR TUT - Não é assim... Eu quero ver onde se consegue achar isso hoje, em que lugar? Quem está aqui fora trabalhando, quem?

Então, nós temos que mudar uma série de coisas neste nosso País.

A minha principal fala, aqui, hoje, é para fazer um apelo aos Deputados, e vou entrar com um documento por escrito, pedindo ao INTERMAT - até já falei com o Deputado Jair Mariano - para fazer uma liberação na área do Guariba. Lá no Guariba existe uma área, existe um pessoal amontoado, e ninguém tem o direito de fazer a sua palhoça, porque não sabe onde é que vai ficar, ninguém tem o direito de saber se está plantando sua roça no terreno que vai ser seu. Hoje, do jeito que está lá, mais de quatrocentas famílias amontoadas... Existe a terra total lá, a terra está lá, só que não está liberada para cada um dar um pedaço para o seu peão. Esse povo, podem ter certeza, que se não aproximarmos com rapidez, se não legalizarmos isso, amanhã ou depois nós vamos ter até mais vítimas lá, porque fica todo mundo tumultuado, o “nego” não sabe nem o que faz - acaba criando encrenca um com o outro.

Então, eu vou entrar com um Requerimento, por escrito, mas quero pedir aos nobres Deputados que nós temos que começar a resolver os problemas na base, e não depois que um já matou o outro. Mudar o aspecto brasileiro... O Brasil só corre atrás do ladrão depois que uma pessoa morre. Nós temos que parar com esse negócio! Nós temos que andar atrás, do nascimento até... Começar por aí, saber quem pode até ter um filho a mais ou quem não pode, senão daqui a uns dias não daremos conta mais de cercar. Nem vai ter buraco para enterrar tantos que morrem, nem para pegar aqueles que mataram. Nós temos que mudar o papel brasileiro, se Deus quiser.

Eu farei as minhas mensagens simples, mas objetivas, para que nós possamos resolver o problema na fonte e não no meio do caminho. Antes de construirmos cadeia, se Deus quiser, um dia nós vamos chegar aqui, vamos construir hospital, clube de lazer, é só festa e felicidade, parar com esse negócio de falar que vai reeducar “nego” enjaulado. Onde que o “nego” se reeduca?! Até cão, que nós precisamos dele para defender a nossa casa, à noite, nós o amarramos de dia, para ele ficar com mais raiva, para à noite chegar e “nhau”... (RISOS NAS GALERIAS) Até isso, pelo amor de Deus... E falar

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

que vamos enjaular um sujeito e ele vai sair melhor do que quando entrou? Nunca.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Sobre a mesa, proposições de autoria do Deputado Humberto Bosaipo:

1ª) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada aos alunos do Curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, através do Centro Acadêmico VIII de Abril, uma Moção de Aplausos vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, vem manifestar o reconhecimento público aos alunos do Curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, através do Centro Acadêmico VIII de Abril, em virtude da nota “A”, alcançada durante o Exame Nacional de Cursos - Provão/99.

O êxito alcançado torna-se ainda maior pelo fato de a média atingida pelos estudantes ter sido a mais alta do Brasil, o que demonstra o empenho e real vocação desses jovens frente às grandes dificuldades que têm que enfrentar hoje em dia para a conclusão do curso superior e dos desafios do futuro mercado de trabalho.

Recebam, pois, os alunos da UFMT esta justa homenagem como incentivo e demonstração de respeito e admiração de todos os mato-grossenses.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

2ª) MOÇÃO DE LOUVOR: “Com fundamento nos termos regimentais vigentes, requeiro à Mesa Diretora, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhada Moção de Louvor às irmãs Dilza Maria Moreira e Erli Terezinha de Almeida, respectivamente Diretora e Coordenadora do Ensino Fundamental e Médio do Colégio Coração de Jesus, e ao Jornalista Afrânio Carlos da Silva, do jornal *Diário de Cuiabá*, vazada nos seguintes termos:

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO, representando o pensamento de sua gente, vem manifestar o reconhecimento público à Direção do Colégio Coração de Jesus e aos coordenadores do concurso Garota e Garoto Coração de Jesus, em virtude das inovadoras características do evento que, em sua programação, privilegia a formação ética, moral e social dos concorrentes, seguindo a tradição dessa que é uma das mais respeitáveis instituições de ensino do nosso Estado.

A realização de palestras educativas, abordando temas como a consciência política, os valores éticos e morais, será de imensurável valia para o futuro desses jovens cidadãos.

Recebam, pois, todos aqueles envolvidos na idealização e execução do evento em tela, esta justa homenagem como demonstração do respeito e admiração de todos os mato-grossenses.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

Deputado HUMBERTO BOSAIPO - PPS”

Ainda, sobre a mesa, Indicações de autoria do Deputado Carlos Brito:

1ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a necessidade de realizar obras de asfaltamento e recuperação da malha viária do Distrito Industrial de Cuiabá.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

do Estado, mostrando a necessidade de realizar obras de asfaltamento e recuperação da malha viária do Distrito Industrial de Cuiabá.

JUSTIFICATIVA

O Distrito Industrial de Cuiabá precisa urgentemente de investimentos, principalmente na área de infra-estrutura, não só para atender as demandas atuais, que já são grandes, uma vez que as carências neste setor já emperram o desenvolvimento do Distrito, mas também porque essa falta de estrutura adequada promete se tornar crítica com o esperado crescimento do Distrito, em função da entrada em operação da Usina Termelétrica e da expectativa da chegada dos trilhos da FERRONORTE.

Sendo, como já é, o maior pólo arrecadador de ICMS do Estado - 30% do total de ICMS -, o Distrito Industrial merece uma atenção redobrada por parte do Governo, pois no seu funcionamento adequado e crescimento sem traumas apóia-se o próprio desenvolvimento de todo o Mato Grosso. A falta de uma malha viária compatível com as demandas das indústrias é um dos principais fatores de impedimento para o desenvolvimento do Distrito e deve, portanto, ser tratada como prioridade na busca das soluções dos problemas vividos pelos usuários daquela estrutura.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

2ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador do Estado a conveniência de disponibilizar, utilizando recursos do FETHAB, uma patrulha rodoviária mecanizada para atender a região da Baixada Cuiabana.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta Casa, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente indicatório ao Exmº Sr. Governador do Estado, mostrando a conveniência de disponibilizar, utilizando recursos do FETHAB, uma patrulha rodoviária mecanizada para atender a região da Baixada Cuiabana.

JUSTIFICATIVA

Para a região da Baixada Cuiabana confluem praticamente todas as principais rodovias que cortam o Estado. Entre outras razões, este fato ocorre porque em Cuiabá e Várzea Grande está instalada a grande maioria das indústrias de Mato Grosso. A concentração da produção industrial, aliada ao fato de Cuiabá ser a Capital do Estado, induz à intensificação de atividades paralelas e complementares, como comércio, prestação de serviços e agricultura, o que leva a região, sem sombra de dúvidas, a ser considerada uma das mais importantes do Estado, quer do ponto de vista político, administrativo, populacional ou econômico. A importância econômica e política da região implica que a mesma exerça uma forte influência em todo o restante do território mato-grossense, que, de uma forma ou de outra, acaba dependendo da Baixada Cuiabana para o correto desenvolvimento de suas atividades.

Sendo, como é, o Estado de Mato Grosso fortemente dependente do transporte rodoviário, e por ser a rede de estradas centrada na Baixada, acaba que o bom funcionamento desse sistema depende do bom estado de conservação dos trechos das rodovias que cortam essa região. Assim sendo, toda política voltada para a melhoria de condições do transporte rodoviário do Estado tem que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

levar em consideração, e como prioridade, a melhoria e conservação da malha existente na Baixada, quer por sua importância econômica, quer pela influência que exerce em todo o Estado.

O FETHAB, recentemente criado, tem como um dos objetivos promover a recuperação viária estadual. Dentro dessa meta, nada mais correto, portanto, que priorizar a recuperação das MTs que cortam Cuiabá e região, uma vez que o desenvolvimento de todo o Estado, e até mesmo o êxito do programa, dependem, fundamentalmente, das boas condições de tráfego destes trechos de estradas.

Disponibilizar uma patrulha mecânica para atender especificamente este objetivo afigura-nos como a forma correta de dar um tratamento adequado a esta situação, pois a extensa malha viária existente na região só desta forma poderá ser adequadamente atendida, beneficiando com isso todo o Estado.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.
Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

3ª) “Indica ao Exmº Sr. Governador Dante Martins de Oliveira a conveniência de se acelerar a regularização fundiária no Município de Barão de Melgaço, visando à implantação do Projeto Luz no Campo.

Com fulcro no art. 245, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente indicatório ao Sr. Governador Dante Martins de Oliveira, com cópia ao Diretor-Presidente do INTERMAT, Sr. Aparecido Alves, mostrando a conveniência de se acelerar a regularização fundiária no Município de Barão de Melgaço, para que se possa ali implantar o Projeto Luz no Campo.

JUSTIFICATIVA

O Projeto de Eletrificação Rural *Luz no Campo*, recentemente lançado pelo Governo Federal, é de suma importância para o desenvolvimento agrícola do Estado, uma vez que aumenta a possibilidade de lucro dos produtores ao permitir a utilização de insumos modernos na produção agrícola, como também por permitir, com o aumento do conforto, uma maior fixação do homem na zona rural.

Reconhecendo a importância deste programa, principalmente para o pequeno produtor, o Governo do Estado se propõe a arcar com o custo de transformação para pequenas propriedades, de 50ha, com potência instalada de até 5KVA. No entanto, em Barão de Melgaço este Programa está encontrando dificuldades para ser implementado por falta de regularização fundiária. São 802 propriedades neste município que correm o risco de ficar fora do programa por falta de titularidade da terra, o que impede a contratação do financiamento com a ELETROBRÁS.

A importância do programa para o Estado impõe que o Governo tome providências no sentido de sanar este problema legal, uma vez que envolve pequenos produtores rurais, e a questão está adstrita ao âmbito do INTERMAT.

Nada mais justo, portanto, que esta instituição se esforce na busca de solução da questão, titulando estas terras e dando assim condições a estes produtores de gozarem do benefício que a eletricidade proporciona.

Daí a indicação, que temos a convicção, sensibilizará o Governo.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

4ª) “Indica ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Administração, a conveniência de se reavaliar comando da Lei nº 6.583, de 31 de dezembro de 1994.

Com fulcro no que preceitua o art. 245, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviada sugestão ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Justiça e Defesa da Cidadania, Hermes Gomes de Abreu, com cópia ao Exmº Sr. Secretário de Estado de Administração, Fausto de Souza Faria, mostrando a conveniência de se proceder à reavaliação da abrangência do estatuído no § 1º do art. 4º da Lei supracitada, que trata da isonomia de vantagens dos cargos de Agente Carcerário e Agente Policial, no que tange ao passe-livre no transporte rodoviário coletivo de passageiros.

JUSTIFICATIVA

A Lei nº 6.583 dá a entender, no § 1º do art. 4º, que os Agentes Carcerários terão as mesmas vantagens de que gozam os Agentes Policiais.

No entanto, uma das prerrogativas dos Agentes Policiais é o benefício do passe-livre no transporte rodoviário coletivo de passageiros, o que não está sendo estendido aos Agentes Carcerários, vantagem que deveria alcançar as duas categorias, em função desse comando legal.

Como esta discrepância tem causado mal-estar na categoria dos Agentes Carcerários, eles há muito vêm lutando para obter esse benefício, entendemos que a Lei que estatuiu esta isonomia de vantagens deva ser reavaliada para que se assente se no art. 4º, § 1º, está estatuída a prerrogativa também para os Agentes Carcerários, como é do nosso entendimento.

Plenário das Deliberações Deputado Oscar Soares, 18 de maio de 2000.

Deputado CARLOS BRITO - PSDB”

Encerrado o Pequeno Expediente, passemos ao Grande Expediente.

Com a palavra, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Líder do Governo, Deputado Rene Barbour, eu hoje fiquei feliz porque já são três pessoas diferentes que me falaram da insatisfação com os planos de saúde, e sobre o Veto que foi derrubado na Sessão de anteontem à noite.

Eu passei a ter a convicção, Sr. Presidente, de que o nosso Projeto é mais importante do que eu pensava, e vou dizer por quê... Primeiro, Sr. Presidente, porque muitos trabalhadores, Deputado Gilney Viana, que têm plano de saúde, estão sendo atendidos pelo SUS, e muitas vezes até o plano de saúde está sendo lesado e não sabe. Tem médico que usa de má-fé, recebe do SUS e do plano de saúde. E outros, Sr. Presidente, apenas o SUS paga. Não é justo, se o cidadão paga pelo plano de saúde, que nós gastemos recursos públicos para tratar da saúde dele.

Então, eu vou, inclusive, tomar a decisão - aproveitando que já fizemos aqui um trabalho, através de uma Comissão Especial criada pelo Deputado Gilney Viana na área da saúde - de propor uma comissão. E eu não sei se não cabe até estudarmos a criação de uma CPI para analisarmos a situação desses hospitais e desses planos de saúde que recebem duas vezes. Eu vou analisar isso com a minha assessoria.

E eu quero saber, Deputado Gilney Viana, de todos os atendimentos do SUS, todos...

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Eu vou exigir um relatório de todos os cidadãos que foram atendidos pelo SUS, e vou procurar saber se algum desses cidadãos tem plano de saúde. Se tiver, eu vou judicialmente pedir a devolução desse recurso. Nós temos falta de recursos para uma política de educação social, o Governo tem uma ação social ainda muito inibida, muito pequena. Inclusive, hoje, parece-me que estão assinando um convênio com o Projeto Irmão Sol, Irmã Lua, às 10h30 da manhã, e já temos algumas outras ações, mas ainda pequenas, nós precisamos de recursos para esse setor.

E é fundamental, Sr. Presidente, que nós fiscalizemos o pagamento desses planos de saúde, do SUS... Eu fico feliz quando vejo, inclusive numa reunião de ontem eu soube, e por uma segunda pessoa hoje, que os planos de saúde se mostraram inconformados com a aprovação da lei. É sinal de que a lei é eficaz e vai incomodar.

Ora, o legislador tem a competência de legislar em favor da sociedade, não em favor de meia dúzia, em favor de plano de saúde, em favor de empresa. É lógico que nós temos que legislar pela sociedade, e dentro das sociedades temos empresários, trabalhadores, donos de planos de saúde, mas nós não podemos aceitar, Deputado Jair Mariano, esses planos de saúde que usam o cidadão para obter vantagem, e o próprio SUS que vem, a cada dia, tendo uma clientela maior e aumentando os planos de saúde.

Nós precisamos fiscalizar isso, e eu vou propor aqui na Assembléia - se for necessário - uma CPI, Deputada Serys Slhessarenko, para nós levantarmos todos os atendimentos do SUS e exigirmos que o Secretário de Saúde nos faça esse relatório. A Deputada Serys Slhessarenko já está meio incomodada, já tem muita CPI, a CPI do Narcotráfico, mas eu tenho certeza de que é uma das funções do Legislativo, se for necessário, uma CPI. Para que a CPI?... Eu gostei de uma matéria que eu vi hoje. A CPI não tem o poder de condenar, de julgar ninguém, a CPI tem a obrigação de levantar a situação, como levanta, com muita competência, a CPI do Narcotráfico, sob a Presidência da Deputada Serys Slhessarenko.

Eu fico feliz e quero dizer aqui que nós vamos fazer esse trabalho - e quero chamar os Srs. Deputados para somar conosco nesse trabalho. Lógico que nós gostaríamos que houvesse um entendimento para que os recursos públicos fossem melhor utilizados, para que os planos de saúde ocupem o seu espaço e atendam a sua clientela, mas, logicamente, quando se tratar de recurso do SUS e o cidadão tiver plano de saúde, que ele deixe o espaço para outro.

Então, eu quero aqui dizer, Sr. Presidente, que eu fico feliz, porque eu vi que esse Projeto de Lei atendeu a nossa expectativa e atingiu, mas atingiu aquele que vem agindo de má-fé, aqueles que estão agindo de boa-fé eu tenho certeza de que hoje estão absolutamente tranquilos.

O Sr. Gilney Viana - Concede-me um aparte, Deputado?

O SR. RIVA - Concedo um aparte ao Deputado Gilney Viana.

O Sr. Gilney Viana - Naquela oportunidade que votamos esse Projeto de Lei, nós ressaltamos melhor a oportunidade e a importância do Projeto, porque ele objetivava ressarcir gastos promovidos pelo Estado no atendimento a pessoas que já tinham pago pelo direito do atendimento.

Então, não há por que reclamar dos agentes financeiros, das cooperativas de trabalho médico, seguro saúde e outras formas de atendimento comercial à saúde, exigir que eles retribuam por aquilo que eles já receberam... Qual é a maracutaia, usando essa palavra bem mato-grossense, que está implícita nisso? Como o serviço público não cobra, o SUS não cobra, é universal, é gratuito, pelos seus serviços, aqueles que pagam a iniciativa privada acabam usando os serviços públicos para garantir a alta lucratividade dos seus planos de saúde. Ou seja, nós não somos contrários, eu estou de acordo com Vossa Excelência em que haja plano de saúde, cooperativas de trabalho médico - as UNIMEDs da vida,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Golden Cross, Bradesco e outros mais -, mas que eles se responsabilizem pelas normas contratuais de prestar o serviço para aqueles que o pagam. Se o serviço público está cobrindo aquilo que eles não cobrem, então é obrigação moral deles restituir o serviço público.

Agora, eu sugeriria que, se nós formássemos a comissão - eu sou favorável, seja uma comissão tipo CPI, seja uma comissão tipo uma Comissão Especial, aí Vossa Excelência avalie o que é mais adequado para o caso -, que nós nos concentrássemos inicialmente na relação entre o que os serviços públicos prestam de atenção à saúde para aqueles que têm plano de saúde, ou serviços privados desse tipo, e se estão ou não sendo ressarcidos. Esse é o primeiro ponto que eu acho que seria objeto da investigação e da averiguação. E, num segundo momento, qual o prejuízo que o serviço público, neste caso, teria, se estivesse fazendo isso, e se não estivesse fazendo, se sobraria dinheiro para outros serviços de saúde, que são na verdade públicos.

Então, eu não sugeriria a Vossa Excelência que nós investigássemos os planos de saúde especificamente - isso foi objeto de uma CPI lá na Câmara Federal, quando eu estava lá... Primeiro, é um tumulto muito grande, não que eles não mereçam, eventualmente, ser averiguados, mas se restringiria o objeto e seria mais fácil e mais produtivo em relação ao trabalho, porque estaria mais condizente com o Projeto que Vossa Excelência, de uma forma muito precisa e correta, elaborou e nós aprovamos. Muito obrigado.

O SR. RIVA - Agradeço o aparte do Deputado Gilney Viana e também entendo que tem que ser nesse rumo - e eu vou convocar os colegas para nos ajudarem nessa decisão.

Por último, Deputado Gilney Viana, eu quero falar aqui de uma experiência deste próprio Poder. Nós mantínhamos aqui plano de saúde, e naquela ocasião a Assembléia, logicamente, em determinados momentos não pagou em dia, e eles suspenderam o atendimento, mas quando pagou, e pagava corretamente em dia, eles não conseguiam atender a nossa demanda.

O Instituto de Seguridade da Assembléia, hoje, com os mesmos recursos, atende o dobro da clientela, atende muito bem, presta um atendimento de boa qualidade. Então, isso mostra que os lucros desses planos de saúde privados são muito grandes. Agora, se eles já têm lucro, por que querem usar de um recurso público, que é para atender o trabalhador, que muitas vezes tem dificuldade de acesso ao sistema de saúde pública?

Então, eu quero aqui, finalizando, Sr. Presidente, agradecer aos colegas que votaram pela derrubada do Veto, e é bom dizer que foi unânime, não tivemos nenhum voto contrário, todos compreenderam a importância do Projeto, a co-autoria do Deputado Joaquim Sucena - e com a autorização inclusive do Governador ao nosso Líder, Deputado Rene Barbour, senão, ele teria dificultado aqui a derrubada do Veto, e, talvez, nós não o tivéssemos derrubado. Sem dúvida alguma, houve todo esse apoio, até porque o Governo do Estado, após vetar essa matéria, em uma análise solicitada pelo Deputado Rene Barbour, entendeu que o Projeto era importante. O Governo estava trabalhando contra ele mesmo ao vetar esse Projeto.

Então, foi importante a derrubada do Veto, eu agradeço e peço o apoio dos colegas para nos aprofundarmos nesse trabalho. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu quero aqui passar uma informação à sociedade. O Governador está indo para a Alemanha, vai em missão especial, ele está indo a Vancouver, na Alemanha, fazer uma discussão sobre como está o Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Lá ele vai vender o Estado de Mato Grosso, um Estado maravilhoso... Ele vai vender um Estado que está em franco desenvolvimento! Ele vai vender um Estado em que o gasoduto está vindo, como se fosse uma obra sua! Ele vai vender um Estado em que a ferrovia está chegando, que criou a hidrelétrica de Manso, que é realmente para o fortalecimento da energia elétrica do Estado de Mato Grosso! Ele vai vender um Estado, que parece que nós estamos no “País das Maravilhas”!...

E eu quero aqui, Sr. Presidente, dizer que aquilo que o Governador “Dante Propaganda de Oliveira” vem fazendo junto à imprensa não é a verdadeira realidade, a situação do Estado, porque parece que o Estado está muito bem.

Hoje, nós estamos com a CPI do Narcotráfico... É um Estado que está com o maior envolvimento em narcotráfico do Brasil. Na região de São José dos Quatro Marcos tem Vereador que está ameaçado de morte, na região de Mirassol d’Oeste, Araputanga ...

O Sr. Alencar Soares - Concede-me um aparte, Deputado? Só uma perguntinha...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu concedo um aparte a Vossa Excelência, e é uma satisfação, Deputado.

O Sr. Alencar Soares - Eu estava conversando e não prestei atenção... Quais as cidades em que o Governador vai, que Vossa Excelência disse, qual é o País?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Não, ele está viajando agora para o exterior.

O Sr. Alencar Soares - Vossa Excelência falou o nome de um País...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Ele está viajando para o exterior agora, para vender um produto, que é o

A Sr^a Serys Shhessarenko (DE SUA BANCADA) - Alemanha.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Alemanha.

O Sr. Alencar Soares - Não vamos para a Alemanha...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu falei Alemanha...

O Sr. Alencar Soares - Não é bem para a Alemanha. Inclusive eu vou participar da viagem, o Governador me convidou para ir com ele, mas nós vamos para a Holanda, para a França... É da França para a Holanda, mas não vamos para a Alemanha.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Ele vai à Europa.

O Sr. Alencar Soares - Na Alemanha, nós vamos em julho, não é agora - só para comunicar.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Pois é, Sr. Presidente.

Eu queria pedir ao Governador, antes de ele viajar para a Holanda, para a França, como diz o Deputado Alencar Soares, que muito abrilhantou a tribuna, para ele tentar resolver os problemas sociais que nós temos aqui no Estado de Mato Grosso - ele está viajando para a Europa, com uma greve de professores de cinquenta dias!

Olha só como está a negociação da greve... Eu quero aqui fazer uma ilustração. O Secretário de Educação, Carlão Nascimento, Deputado Estadual, falou que o Governador só tem condições de pagar 270 milhões de reais de folha de pagamento este ano. O SINTEP fez uma discussão, mostrando que são 252 milhões de reais que ele vai gastar com a folha este ano, o que existe dentro de um programa de Governo, e eu quero colocar que ele disse que vai pagar 270 milhões de reais, 14,3 folhas - quer dizer, 14 folhas, mais 30% da 15ª folha, uma folha de 1999.

Eu quero aqui dizer que ele não pode aumentar o salário dos professores e dos servidores da Educação, porque ele tem que pagar quatorze ou quinze folhas este ano. Ora, não se pode negociar com uma categoria isso, tem que negociar com a categoria as suas perdas salariais, tem que

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

negociar com a categoria o ano letivo, o ano 2000. São treze folhas! Se para treze folhas a arrecadação é de 250 milhões, ele tem condições de aumentar o valor que a LOPEB garante para os professores. Ele não garantiu na negociação os juros dos professores, não garantiu na negociação a hora-atividade, e está viajando para a Europa, não é para a Alemanha, é para a Holanda, é para a França, mas está viajando para a Europa, como se no Estado estivesse tudo bem!

Nós temos no processo, hoje, da Segurança Pública, um verdadeiro descomando. Toda vez que dá uma instabilidade na Segurança Pública, ele manda embora o Coronel, e depois vem um Deputado Estadual aqui, como ontem veio o Deputado Wilson Dentinho Teixeira, falar que deveria colocar na reserva os doze coronéis que repudiaram a demissão do colega, como se a culpa fosse do Comandante da Polícia Militar.

Ele nunca teve a coragem de denunciar o Secretário de Segurança Pública! Não tem coragem, porque alguma coisa está por trás. Tem crise na Polícia e não se consegue demitir o Secretário, só se demite o Comandante, só demite aquele que é Oficial.

Então, ele está indo para a Alemanha... Não é Alemanha, não, é a França e a Holanda! Ora, o Estado está em crise, e o Governador está fazendo propaganda na televisão, como se tudo estivesse bem!

Estão fechando dois frigoríficos em Mato Grosso, por causa do aumento de impostos, um em Alta Floresta, com trezentos desempregados, e outro em Vila Rica - inclusive, só de empregos diretos, vai ser em torno de oitocentos empregos, e está tudo bem no Estado de Mato Grosso! Está tudo bem no Estado...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - ...de Mato Grosso.

O Governador tem um ano e meio de mandato e não conseguiu asfaltar cem quilômetros, que é a MT-100, ligando Alto Araguaia a Alto Taquari, e diz e quer levar ou louros...

A Sr^a Serys Slhessarenko - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só vou terminar a idéia...

Ele quer levar os louros, dizendo que todas essas obras da iniciativa privada são obras dele! Este Estado está crescendo da própria crença da iniciativa privada, de setores da sociedade que estão acreditando no Estado, mas um Governo que não consegue asfaltar cem quilômetros em um ano e meio... Não conseguiu resolver aquilo que era um compromisso da FERRONORTE, levar o asfalto até Alto Taquari!

Então, eu quero aqui, vou conceder o aparte à Deputada Serys Slhessarenko, mas eu quero aqui deixar essa reflexão.

A Sr^a Serys Slhessarenko - Deputado Zé Carlos do Pátio, ontem à noite, quando eu usei a palavra, eu disse à Bancada do Governo por que votei contra a viagem do Governador. Aliás, nós não votamos contra a viagem do Governador, nós votamos contra aquela autorização por tempo indeterminado para ele sair do País. E eu continuo reforçando isso aqui: não pode mais ser feito, não se sabe o que o Governador vai fazer, para que, para onde vai... Quem me diz que ele vai para a Holanda, que ele vai para Vancouver, que ele vai para... Aliás, ele não vai para Vancouver, ele vai para a Holanda e para a França... Paris é bem mais belo, com certeza, ele quer ir para lá mesmo! Talvez, seja até melhor ele ficar por lá, atrapalha menos aqui.

E independente disso, Deputado Zé Carlos do Pátio, eu diria que nós não podemos mais ter esse tipo de atitude na Assembléia Legislativa, nós precisamos saber: o Governador vai viajar? Para onde ele vai? Com que objetivo? O que ele vai fazer lá? Porque é dinheiro nosso! E com uma

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

“senhora” de uma comitiva, é Deputado Federal, é Deputado Estadual, é Secretário, é assessor não sei de quê, não sei das quantas, e todo mundo vai... É, com o dinheiro público fica fácil! Então, esse tipo de coisa a Assembléia Legislativa não pode mais fazer.

Em segundo lugar, porque eu só tenho mais um minuto, ele não pode viajar deixando o Estado na situação em que está, com a Educação paralisada, os trabalhadores da Educação em greve, e ele totalmente indiferente, com um Secretário que não existe, um Secretário que tanto faz estar lá como não estar, o tamanho é o mesmo, porque ele não se posiciona - aliás, só faz pressão em cima dos trabalhadores da Educação, é só o que ele sabe fazer. Ele não busca solução, ele não discute, ele não abre diálogo, ele não faz nada. Então, tanto faz aquele Secretário.

E foi o Governador que abriu, no início, uma conversa, através dele, e depois fechou. Ele tem que abrir esse diálogo já, ele não pode viajar, o povo de Mato Grosso tem que responsabilizar Dante de Oliveira por essa greve na Educação. Ele é o responsável, e ele agora vira as costas e vai para Paris, deixando os filhos dos trabalhadores, os trabalhadores sem escola, porque a responsabilidade é dele.

A LOPEB foi aprovada pela maioria da Bancada do Governo, e com o nosso apoio também, porque era uma Lei que interessava aos trabalhadores da Educação. Só que ele não cumpriu. E essa Bancada, agora, tem obrigação e dever de pressionar esse Governador, e não sair junto, correndo, na comitiva para Paris, mas sim, antes de sair, resolver o problema da Educação em Mato Grosso. Muito obrigada.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu queria aqui fazer uma observação, as pessoas não estão sabendo... A Prefeita Noêmia, os Senhores sabiam que a Prefeita Noêmia conseguiu uma área, com um Deputado que foi bem votado em Alto Araguaia... Inclusive foi feita a terraplanagem para montar um frigorífico em Alto Araguaia, o empresário é um Deputado Federal...

O Sr. Rene Barbour - Vossa Excelência me concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Adão...

O Sr. Hermínio J. Barreto (FORA DO MICROFONE) - Vadão!!

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Vadão...

O Sr. Rene Barbour - Deputado Zé Carlos do Pátio, Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu vou concluir o meu raciocínio, e já concedo o aparte.

Esse Deputado Vadão ia construir um frigorífico em Alto Araguaia, e desistiu de construir lá, para construir no Município de Mineiros, em Goiás, porque não agüenta o imposto que foi colocado em Mato Grosso para implantar esse frigorífico.

Eu vou conceder um aparte ao Deputado Rene Barbour e quero dizer, Deputado, que embora Vossa Excelência tenha votado a favor do FETHAB, contra a produção, contra as taxas, Vossa Excelência pode estar certo que eu, como Deputado Estadual, Deputada Serys Slhessarenko, Deputado Gilney Viana, Deputado Nico Baracat, nós votamos a favor realmente dos produtores, contra esses impostos abusivos - Vossa Excelência tem um Deputado em defesa da produção em Mato Grosso.

Concedo um aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Rene Barbour - Deputado Zé Carlos do Pátio, eu vou responder rapidamente a essas interpelações.

O Governador do Estado conquistou uma coisa em nosso Estado, na nossa máquina, que poucos Estados têm na Federação, que é a erradicação da febre aftosa. O Governador vai lá, agora,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

para assinar o convênio. Hoje, nós vamos poder concorrer com carne *in natura* nas exportações. O que ocorre? Nós vamos valorizar o rebanho existente em Mato Grosso.

Então, naturalmente, se ele vai lá, como vai o Presidente do INDEA, ele vai cumprir, vamos admitir, o coroamento de uma vitória que nós obtivemos aqui em Mato Grosso.

Outra questão, a do asfalto, que Vossa Excelência tanto reclama. Eu já fiz uma interpelação, perguntando: esse Governo de Carlos Bezerra, que Vossa Excelência defende veementemente, com muita vontade, que asfalto fez em Mato Grosso? Eu já consultei aqui um Deputado do Araguaia... Não existe!... No Médio Norte não tem um palmo, no Norte e no Nortão não existe um palmo... Ora, Vossa Excelência sabe que o Governador Dante de Oliveira já inaugurou inúmeras rodovias que foram asfaltadas. Inúmeras! E ainda está asfaltando... Vossa Excelência não está preparado, não está credenciado para criticar o Governador Dante de Oliveira...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Cite só uma rodovia que ele asfaltou.

O Sr. Rene Barbour - ...por não ter terminado somente uma rodovia...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Comunico que o Deputado Zé Carlos do Pátio dispõe de dois minutos; depois, de acordo com o Regimento Interno, entraremos na Ordem do Dia.

O Sr. Rene Barbour - Eu termino dizendo que está fazendo duas acusações injustas.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Concede-me um aparte?

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Como eu tenho somente dois minutos, eu concedo um aparte ao Deputado Hermínio J. Barreto.

O Sr. Hermínio J. Barreto - Não há mais tempo, apenas para dizer, quando questiona tanto a viagem do Governador Dante de Oliveira, que me parece que Vossa Excelência não quer que ele saia do Estado. Eu gostaria que o Vice-Governador, Rogério Salles, tivesse a oportunidade de, pelo menos, governar o nosso Estado por dez dias - vamos deixar o Rogério Salles governar por dez dias a nossa região...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Olha, Deputado, eu vou ser bem sincero: o Vice-Governador não tem poder nenhum, não tem liderança nenhuma, não tem força nenhuma. Eu acho que o Governador não deixará nem que ele respire lá dentro.

Eu quero colocar o seguinte: se o Deputado Rene Barbour quer ajudar tanto a pecuária... Eu ganhei uma Liminar na Justiça para que o INDEA faça exame de sorologia no Baixo Araguaia, na região do Xingu, e quero dizer que eles não estão conseguindo fazer o abate de seus bois, porque em Vila Rica só se pode abater quinhentos bois por dia. E não é possível fazer isso em Canarana, porque não tem o exame de sorologia. Então, hoje, a situação do Baixo Araguaia é de crise...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE - FAZENDO SOAR A CAMPAINHA) - Informo que...

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Só um momentinho...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Nós não podemos ultrapassar às 10:00 horas...

Portanto, em virtude do horário, encerrado o Grande Expediente, passemos à Ordem do Dia.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Eu só quero pedir o apoio do Deputado Rene

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Barbour a respeito dessa região “Tampão”... Só peço o apoio de Vossa Excelência para o Governador fazer exame de sorologia no gado, senão aquela região vai falir! Vai falir e não tem como conduzir mais, e a culpa é do Estado.

Então, Vossa Excelência está tão preocupado, está defendendo tanto o Governo, dizendo que defende a sua categoria, realmente, dos produtores, mas está votando contra os próprios produtores, aliás, para dizer a verdade... Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Indicação...

O Sr. Gilney Viana - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o Deputado Gilney Viana.

O SR. GILNEY VIANA - Permita-me sugerir que se vote englobadamente todas as Indicações.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Deferido, nobre Deputado.

Em discussão todas as Indicações apresentadas na presente Sessão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovadas. Vão ao Expediente.

Moção de Louvor, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, aos alunos do Curso de Direito da Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT, endereçada ao Centro Acadêmico VIII de Abril, em virtude da nota “A” alcançada durante o Exame Nacional de Cursos -Provão/99.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Louvor, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, às Irmãs Dilza Maria Moreira e Erli Terezinha de Almeida, Diretora e Coordenadora do Colégio Coração de Jesus, respectivamente, e ao Jornalista Afrânio Carlos da Silva, do jornal *Diário de Cuiabá*, pelo reconhecimento público das inovações implantadas no Concurso Garota e Garoto Coração de Jesus.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Moacir Pires, ao Sr. Yuri Ogaya de Assunção, Regente do Coral da UNIVAG - Universidade de Várzea Grande, pela apresentação realizada no dia 15 de maio em Missa por ocasião do aniversário da cidade de Várzea grande.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Moacir Pires, à Associação dos Amigos da Criança com Câncer de Mato Grosso - AACC/MT, pelo importantíssimo projeto que vem sendo realizado ao longo dos anos.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Moção de Aplausos, de autoria do Deputado Moacir Pires, aos Assistentes Sociais de Mato Grosso, pela comemoração, no dia 15 de maio, do Dia Nacional do Assistente Social.

Em discussão a Moção. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que a aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovada. Vai ao Expediente.

Requerimento de autoria das Lideranças Partidárias, solicitando regime de urgência urgentíssima para tramitação da Mensagem nº 03/00, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio para implantação do Programa de Eletrificação Rural *Luz no*

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Campo.

Em discussão o Requerimento. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Em 2ª discussão, Projeto de Lei nº 33/00, de autoria do Poder Executivo, encaminhado pela Mensagem nº 03/00, que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio para implantação do Programa de Eletrificação Rural *Luz no Campo*.

Encaminho o Projeto de Lei nº 33/00 à Comissão de Fiscalização e Acompanhamento da Execução Orçamentária para emitir Parecer. Portanto, ao Presidente da Comissão, Deputado Hermínio J. Barreto...(PAUSA)

O Sr. Humberto Bosaipo - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Humberto Bosaipo.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, enquanto o Presidente da Comissão, que está ali fora, não chega...

Ontem, eu li uma matéria interessante num jornal de Brasília, quando participava do encontro do Governador com o Ministro da Reforma Agrária, que o Senador Paulo Otávio, do Distrito Federal, apresentou um Projeto, que foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, proibindo a reeleição de Prefeitos, proibindo a reeleição de Governadores e proibindo a reeleição de Presidente da República. E essa matéria está passando, assim, meio despercebida nos meios de comunicação, ninguém está levando muito em consideração, mas é um Projeto para o qual nós temos que estar atentos, a classe política, porque muda completamente, a partir de 2000, o quadro político do País, com a possibilidade da não-reeleição. Quer dizer, os Prefeitos poderão se candidatar, agora, este ano, mas daí para frente não pode mais ter reeleição.

Era só isso, enquanto o Deputado Hermínio J. Barreto não chegava, eu queria fazer essa comunicação, ilustre Presidente.

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Estão ausentes o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão, e eu entendo que deveria recair, agora, no mais idoso. Vossa Excelência convocaria o mais idoso, porque nós não podemos interromper essa apreciação pela ausência do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Convoco o Deputado Humberto Bosaipo para emitir o Parecer.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Sr. Presidente, eu sou membro Suplente da Comissão, e estando em plenário, Vossa Excelência me delegando poderes, eu fico poderoso, como diz aqui o Deputado Riva... (RISOS NO PLENÁRIO)

Em mãos, Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo, para celebrar convênio para a implantação do Programa de Eletrificação Rural *Luz no Campo*.

Nesta Comissão, ilustre Presidente, eu quero avocar a relatoria e passo já à análise do Projeto de Lei.

O Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura e Assuntos Fundiários, que é hoje ocupada pelo Deputado Chico Daltro, solicita autorização para realizar esse convênio com o Projeto *Luz no Campo*, amplamente divulgado pelo Governo Federal em todos os Estados do País,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

principalmente em Mato Grosso. É um programa que está revolucionando, Sr. Presidente, a estrutura rural dos Estados, porque aqui em Mato Grosso, salvo engano, mais de oitenta mil propriedades rurais vão ter acesso à energia elétrica e, conseqüentemente, com essa geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, nós sabemos o que é energia elétrica numa área rural.

Para a execução do programa, a Rede/CEMAT vai utilizar recursos da ELETROBRÁS - há uma linha de crédito para as concessionárias de energia elétrica -, até um limite de 75% do valor adotado para o investimento estimado, aqui em Mato Grosso, em 170 milhões de reais. Isso é uma linha de crédito da ELETROBRÁS para o Grupo Rede/CEMAT - ela pode utilizar até 75% desse recurso -, e há uma contrapartida do Estado. Então, o quadro ficaria assim: ELETROBRÁS com 120 milhões; Estado de Mato Grosso com 20 milhões; Rede/CEMAT com recursos próprios, 18 milhões; e de outros investimentos, 14 milhões.

Quer dizer, é um recurso que vai aportar no Estado de Mato Grosso, de fundamental importância, não só para a eletrificação rural, mas principalmente, Sr. Presidente, pela geração de empregos que isso vai representar aqui no Estado.

No Projeto de Lei fica bastante claro que os recursos do Estado serão utilizados na implantação do posto de transformação, inclusive o ramal de atendimento e medição, desde que a área da propriedade não seja superior a cinquenta hectares. O módulo, portanto, para que o Governo possa dar essa contrapartida, é de cinquenta hectares, e é necessário que o transformador seja monofásico e com potência de cinco *quilowatts*, com um ano de uso exclusivo - se o proprietário rural quiser, se estiver acima desse módulo de cinquenta hectares, por exemplo, colocar uma linha trifásica, bifásica, essa complementação é por conta dele.

Sr. Presidente, eu considero o Projeto importante, e Mato Grosso não pode perder esses recursos. Portanto, voto favoravelmente.

Passemos à coleta de votos: Deputado Amador Tut ...

O SR. AMADOR TUT (DECLARAÇÃO DE VOTO) - Sr. Presidente, eu vou votar com o Relator agora, sem justificar, mas na hora em que votar o Projeto eu vou fazer a justificativa.

O SR. HUMBERTO BOSAIPO - Deputado Moacir Pires (COM O RELATOR); Deputado Carlos Brito (COM O RELATOR), Deputado Pedro Satélite (COM O RELATOR), e Deputado Eliene (COM O RELATOR).

Portanto, Sr. Presidente, aprovado nesta Comissão o Projeto que autoriza o Poder Executivo a celebrar convênio para implantação do Programa de Eletrificação Rural *Luz no Campo*.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 1º (LIDO). Em discussão o Artigo 1º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 2º (LIDO). Em discussão o Artigo 2º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 3º (LIDO). Em discussão o Artigo 3º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 4º (LIDO). Em discussão o Artigo 4º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

Art. 5º (LIDO). Em discussão o Artigo 5º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Art. 6º (LIDO). Em discussão o Artigo 6º. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Não tendo sofrido emenda, dispensa-se a Redação Final. Vai ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 22/00, de autoria do Deputado Hermínio J. Barreto, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Élzio Borges Leal. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 23/00, de autoria do Deputado Roberto Nunes, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Jorge Luiz Bezerra Silva. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 19/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Rui Carlos Schneider. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 20/00, de autoria do Deputado Humberto Bosaipo, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Décio Coutinho. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 02/00, de autoria do Deputado Rene Barbour, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. José Elpídio de Moraes Cavalcanti. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 18/00, de autoria do Deputado Rene Barbour, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Arnaldo Luiz Pereira. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se ao Expediente.

Em discussão única, Projeto de Resolução nº 04/00, de autoria do Deputado José Carlos Freitas, que concede Título de Cidadão Mato-grossense ao Sr. Mário Antônio Biava. Com Parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Parecer. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram (PAUSA). Aprovado. Encaminhe-se ao Expediente.

Designo o Deputado Gilney Viana e o Deputado Eliene para atuarem como escrutinadores na apreciação dos Vetos.

Solicito ao Sr. 2º Secretário que providencie as sobrecartas para a votação.

O Sr. Gilney Viana - Solicito a palavra, pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Gilney Viana.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. GILNEY VIANA - Sr. Presidente, Sr^a Deputada, Srs. Deputados, está presente aqui uma delegação do Sindicato dos Trabalhadores da Educação Pública do Estado de Mato Grosso - SINTEP, composta do Professor Gilmar, de Várzea Grande, da Professora Fátima, de Barra do Garças, e da Professora Maria Antônia, da Sede Central. Todos os professores, em nome do SINTEP - todos eles são da direção do SINTEP -, estão trazendo ao Legislativo e às Lideranças Partidárias um documento em que se analisa a real situação financeira do Estado, especialmente as dotações da Secretaria de Estado de Educação. Segundo eles, esse documento demonstra cabalmente não só a justiça das reivindicações, mas as possibilidades reais de que elas sejam atendidas.

Então, eu conversei com o Presidente da Casa, o Deputado Riva, que se dispôs a atendê-los, receber seus documentos, com todas as Lideranças Partidárias. Obviamente, se assim o desejarem, pode ser agora - e eu diria um pouco mais adiante, quando o Presidente determinar, cerca de 10:30 horas, 10:40 horas -, aqui no Comitê de Imprensa.

Então, Sr. Presidente, estão todos convidados, mesmo porque alguns dos argumentos colocados a respeito da greve podem ter mais substância, sejam pró ou contra, com os dados do SINTEP - eu acredito, certamente, pró. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Defiro o pedido de Vossa Excelência.

Portanto, logo após o término desta Sessão, os Deputados que quiserem se dirigir ao Comitê de Imprensa, estão convidados.

O Sr. Eliene - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Eliene.

O SR. ELIENE - Eu gostaria de sugerir ao Líder do Governo, tendo em vista que é um momento importante, que observe a possibilidade de convidar o Secretário de Estado Educação, nosso colega Deputado Carlão Nascimento, para estar presente nesse ato de entrega, até porque nós teríamos uma discussão com ambas as partes que estão já negociando essa possibilidade do fim da greve, dos pleitos do SINTEP.

Então, eu quero sugerir ao Líder do Governo que convide o Secretário Carlão Nascimento, para que ele possa vir aqui, daqui a meia hora, para fazer um encontro de informações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Cabe ao Líder do Governo se manifestar, dizer se concorda, se há condições...

O Sr. Rene Barbour - Sr. Presidente, solicito a palavra, pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, pela Ordem, o nobre Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, o Governo, através de seus Secretários, assessores, está sempre à disposição para manter conversações. Isso é uma medida democrática, naturalmente, e eles não fariam favor nenhum em estar presentes numa reunião dessa ordem.

Nós convocaremos, sim, Deputado Eliene, vamos organizar, vamos montar essa reunião, marcar dia, hora, e eu posso garantir que o Secretário estará presente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Quero dizer a Vossa Excelência que essa reunião está sendo programada para logo após o término da Sessão, e o Deputado Gilney Viana e o Deputado Eliene pediram a Vossa Excelência que verificasse a possibilidade de o Secretário vir até aqui, não sei se isso é possível, mas seria para logo após o término desta Sessão.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, eu preciso contatar o Secretário, saber

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

onde é que ele se encontra. Eu vou pedir a nossa assessoria, aos nossos funcionários do Plenário que localizem o Secretário, quando então eu poderei dar um retorno.

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu solicito a verificação de *quorum*.

O SR. RENE BARBOUR - Deputado Zé Carlos do Pátio, um minuto só...

(NESTE MOMENTO, OS SRS. DEPUTADOS ZÉ CARLOS DO PÁTIO E RENE BARBOUR DIALOGAM EM PLENÁRIO.)

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, tenho impressão de que o Deputado Zé Carlos do Pátio retira o seu pedido...

O Sr. Zé Carlos do Pátio - Tudo bem, Deputado Rene Barbour, só que não há *quorum*...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, o nobre Deputado Zé Carlos do Pátio.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Sr. Presidente, eu quero dizer que nós estamos aqui para trabalhar, mas como não tem Deputado em plenário eu pedi a verificação de *quorum*. Se Vossa Excelência quiser suspender a Sessão para aguardar a chegada dos Deputados ao plenário, para votar, nós estamos à disposição para trabalhar. Quero dizer que nós estamos dispostos, só que não está tendo *quorum*.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Informo a Vossa Excelência que, neste momento, já há *quorum*.

O SR. ZÉ CARLOS DO PÁTIO - Ah! Já chegaram os Deputados. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Em discussão única, Veto Total nº 22/2000, de autoria do Poder Executivo, ao Projeto de Lei nº 279/99, de autoria do Deputado Riva, que institui o benefício do auxílio funeral para os doadores de órgãos. Com Parecer contrário da Comissão de Constituição e Justiça à manutenção do Veto.

Em discussão o Parecer...

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para discutir, o Deputado Riva.

O SR. RIVA - Sr. Presidente, eu quero discutir o Projeto por ser o autor.

Quando nós tomamos a decisão de elaborar esse Projeto de Lei que institui o auxílio funeral para os doadores de órgãos, entendíamos que milhares e milhares de vidas de pessoas poderiam ser salvas por um doador de órgão. Hoje, existe uma cultura de resistência à doação de órgãos. Existe uma cultura notória não só no Brasil, mas em todo o mundo, pela resistência em se doar órgãos. Então, com esse Projeto de Lei, eu acreditei que se estimularia a doação de órgãos, e, logicamente, com isso poderíamos salvar muitas vidas.

Na época eu coloquei aqui a seguinte justificativa:

“A doação de órgãos, além de constituir uma demonstração de amor ao semelhante, tem sido fator relevante no salvamento de vidas de pessoas que, com muito sofrimento, aguardam durante muitos anos na chamada ‘fila dos transplantes’...”

Quanto à doação de rins, por exemplo, nós estivemos no Hospital do Câncer, em São Paulo, e conversamos com o médico que é o papa de transplante de rim, e ele me afirmou que tem,

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

hoje, dezessete mil pessoas aguardando um transplante de rim, e que continua tendo essa resistência para a doação.

E eu vejo, Sr. Presidente, aqui declararem que o Projeto é inconstitucional... Eu quero fazer a seguinte referência: o Projeto não é inconstitucional... Eu aceito que ele seja derrubado por outro argumento, mas pela inconstitucionalidade eu não aceito.

Ora, Deputado Rene Barbour, que é nosso Líder, esse Projeto não traz custos para o Governo, nem um centavo de custo, e beneficia a sociedade de um modo geral.

O Sr. Rene Barbour - Concede-me um aparte?

O SR. RIVA - Concedo o aparte.

O Sr. Rene Barbour - Eu admito que haja lapsos, Deputado Riva, mas eles têm sido corrigidos. Vossa Excelência teve diversos projetos que eu enviei ao Governador do Estado e que voltaram aqui com autorização para que a Bancada aprovasse.

O SR. RIVA - Se Vossa Excelência esperasse eu concluir, saberia o que eu ia dizer. Vossa Excelência não esperou, pediu um aparte antes.

O Sr. Rene Barbour - Eu vou esperar sentado ali, Deputado...

O SR. RIVA - Então, eu agradeço. Esse é o ideal.

Eu termino aqui dizendo que esse Projeto de Lei não gera custos, e eu tenho, de fato, tido essa facilidade com o Deputado Rene Barbour - e acabei de entregar a ele dois projetos, para que ele discuta com a equipe do Governo. Na minha análise, ali, de todos os projetos, eu resolvi priorizar alguns para que o Deputado Rene Barbour discuta, inclusive eu lhe entreguei dois, e Vossa Excelência falou: "Entregue um só.", mas eu acabei entregando dois - imagine se eu entregasse três, Vossa Excelência ia querer brigar comigo.

Eu quero dizer aqui, Deputado Rene Barbour, que o meu voto vai ser pela derrubada do Veto. Não quero comprometer os companheiros da Bancada, estou convicto da importância do Projeto, mas gostaria que o Deputado Rene Barbour levasse essa discussão para o Governo do Estado - e eu já tive a oportunidade de discutir com o Secretário Júlio Müller -, porque alguma coisa há de ser feita.

Se nós temos uma fila, por exemplo, no Hospital do Câncer, de dezessete mil pessoas aguardando o transplante de rim, nós temos que estimular as pessoas, em vida, a fazer a doação dos órgãos, e existe hoje uma grande restrição.

Eu quero, apenas para complementar, dizer que, de fato, não pedi para discutir esse projeto, porque tenho tido muitos projetos vetados, e tive a felicidade, um dia desses, de ter vários deles derrubados, pela generosidade da Liderança do Governo e pelo apoio do próprio Governo, mas eu quero apenas marcar o meu posicionamento e falar da importância do Projeto, fazer a minha defesa pessoal. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Encerrada a discussão. Em votação...

O Sr. Rene Barbour - Para encaminhar votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para encaminhar, o Líder do Governo, Deputado Rene Barbour.

O SR. RENE BARBOUR - Sr. Presidente, nós abrimos um canal de conversação - eu gostaria que a Bancada se ativesse a esse meu discurso - eu abri um canal de entendimento, tenho levado alguns projetos ao Governo, e esses projetos têm voltado com autorização de derrubada do Veto. Agora, a Bancada do Governo tem a missão de votar as mensagens do Governo, porque se não houver sinal do Poder Executivo, nós temos que ter coerência, a Bancada tem que ter coerência, porque não é

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

possível que o Líder do Governo tenha que discutir com a própria Bancada do Governo - seria uma liderança totalmente falida ou uma Bancada totalmente desordenada!

Eu solicito aos Srs. Deputados que façam a inversão de pauta de projetos polêmicos, porque pode haver falha do Governo sim, tanto que já se corrigiu algumas vezes, mas as matérias que nós colocarmos em votação... Eu faço esse apelo à Bancada do Governo para que vote favorável ao Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela sua ilegalidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Continua em votação...

O Sr. Riva - Sr. Presidente, solicito a palavra, para encaminhar votação.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para encaminhar votação, o nobre Deputado Riva.

Antes, porém, pergunto ao Deputado Rene Barbour se ele encaminhou favorável ou contra a matéria.

O SR. RENE BARBOUR - De acordo com o Parecer da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o nobre Deputado Riva.

O SR. RIVA - Eu vou encaminhar, Sr. Presidente, pela derrubada do Veto, mas uso da palavra mais para dizer ao Deputado Rene Barbour, que é uma das pessoas por quem eu tenho, aqui, um grande respeito, não só pela sua vida parlamentar, mas como pessoa também, como cidadão, e até pela sua flexibilidade em determinados momentos - e mesmo quando é inflexível, o Deputado Rene Barbour tem tido a nossa compreensão...

Para dizer, Deputado Rene Barbour... Peço ao Deputado Rene Barbour que ouça o meu encaminhamento... Quero dizer que eu respeito a sua decisão, mas eu marquei uma posição aqui, em uma certa ocasião, dizendo que em Projetos de minha autoria, a não ser nos manifestamente inconstitucionais... E qualquer Deputado erra, Deputado Pedro Satélite, e erra muito, porque às vezes faz um projeto e ele é inconstitucional, depois chega aqui, na ânsia de atender a sociedade, ele acaba sendo votado, derruba-se um Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, e ele acaba sendo apreciado.

Eu quero dizer que uso da palavra exatamente para ser coerente, porque eu recebi, Deputado Rene Barbour, a visita de quinze ou vinte médicos, que me pediram esse Projeto. E, logicamente, se eu hoje, aqui, não me posicionar favorável, se eu não me manifestar favorável ao meu Projeto, eu vou ser questionado por esses médicos.

Então, eu quero dizer apenas que o meu voto pessoal é pela derrubada. Não quero... E Vossa Excelência conduz a Bancada com muita competência, mas eu quero marcar o meu voto nessa matéria, para que eu possa depois, numa reunião com esses médicos, encará-los e dizer: Olha, eu fiz o Projeto, aprovamos, o Governador vetou, e eu não consegui derrubar o Veto, porque existe uma posição do Governo, a posição não é minha, a minha posição era pela derrubada.

Eu faço apenas essa ressalva, agradeço a compreensão, Sr. Presidente, e o Veto pode ir à votação. Muito obrigado.

O Sr. Gilney Viana (FORA DO MICROFONE) - Vamos derrubar essa coisa!

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Eu apenas quero manifestar que acompanharei a orientação do Líder do Governo.

Continua em votação...

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Alencar Soares, Deputado Carlos Brito, Deputado Baú (AUSENTE), Deputado Riva, Deputado Rene Barbour, Deputado Wilson Teixeira Dentinho (AUSENTE), Deputado Nilson Leitão (AUSENTE), Deputado Emanuel Pinheiro, Deputado Joaquim Sucena (AUSENTE), Deputado Moacir Pires, Deputado Moisés Feltrin (AUSENTE), Deputado Nico Baracat (AUSENTE), Deputado Zé Carlos do Pátio, Deputado Silval Barbosa, Deputado Gilney Viana, Deputada Serys Shlessarenko, Deputado Amador Tut, Deputado Eliene, Deputado Hermínio J. Barreto (AUSENTE), Deputado Humberto Bosaipo, Deputado Jair Mariano, Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE), Deputado Wilmar Peres (AUSENTE), e Deputado Pedro Satélite...

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao nobre Deputado Rene Barbour que assuma a direção dos trabalhos.
(O SR. DEPUTADO RENE BARBOUR ASSUME A PRESIDÊNCIA MOMENTANEAMENTE, ENQUANTO O PRESIDENTE EXERCE SEU DIREITO DE VOTO.)

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à segunda chamada dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Deputado Baú (AUSENTE), Deputado Wilson Teixeira Dentinho (AUSENTE), Deputado Nilson Leitão (AUSENTE), Deputado Joaquim Sucena (AUSENTE), Deputado Moisés Feltrin (AUSENTE), Deputado Nico Baracat (AUSENTE), Deputado Hermínio J. Barreto (AUSENTE), Deputado Romoaldo Júnior (AUSENTE) e Wilmar Peres (AUSENTE).

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Solicito ao Sr. 2º Secretário que verifique se o número de sobrecartas confere com o número de votantes e, em seguida, que proceda à apuração.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Sr. Presidente, votaram 15 Srs. Deputados; sendo 08 NÃO e 07 SIM.

O SR. PRESIDENTE (PEDRO SATÉLITE) - Portanto, mantido o Veto. Vai ao Arquivo.

Esgotada a pauta da Ordem do Dia, passemos às Explicações Pessoais (PAUSA). Não há orador inscrito.

Compareceram a esta Sessão os seguintes Srs. Deputados: da Bancada do Partido da Social Democracia Brasileira - Deputado Alencar Soares, Carlos Brito, Baú, Riva, Pedro Satélite e Rene Barbour; da Bancada do Partido da Frente Liberal - Emanuel Pinheiro, Joaquim Sucena e Moacir Pires; da Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - Nico Baracat, Zé Carlos do Pátio e Silval Barbosa; da Bancada do Partido dos Trabalhadores - Gilney Viana e Serys Shlessarenko; do Bloco Parlamentar Socialista - Amador Tut (PL), Eliene (PSB), Hermínio J. Barreto (PL), Humberto Bosaipo (PPS), Jair Mariano (PPS) e Wilmar Peres (PPS).

Deixaram de comparecer os seguintes Srs. Deputados: Wilson Teixeira Dentinho e Nilson Leitão, do PSDB; Moisés Feltrin, do PFL; e Romoaldo Júnior (PPS), do Bloco Parlamentar Socialista.

Antes de encerrar a presente Sessão, convoco a próxima Sessão para terça-feira, no horário regimental. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão (LEVANTA-SE A SESSÃO).

Revisada por Ana Lúcia Bigio.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 18 DE MAIO DE 2000,
ÀS 08:00 HORAS.

Conferida por Regina Céli Arruda.